

RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CREDIAMIGO EM IMPERATRIZ – MA

RESUMO

Este artigo demonstra os resultados da aplicação do Microcrédito Produtivo Orientado pelo programa CREDIAMIGO do Banco do Nordeste em Imperatriz - MA entre 2015 e 2016, medidos pelas facilidades ou dificuldades no acesso ao crédito e pela contribuição dessas operações à expansão dos negócios. Partindo da revisão da literatura sobre o tema, a pesquisa foca no levantamento dos resultados junto a empreendedores contratantes no período, que indicam clara expansão e melhoria dos negócios pelo aumento do faturamento em função da concessão do microcrédito. Conclui-se que o microcrédito é atuante instrumento de inclusão socioeconômica, mas requer aprimoramentos.

Palavras chave: Microcrédito. Políticas de credito.

ABSTRACT

This article demonstrates the results of the application of the Productive Microcredit Oriented by the CREDIAMIGO program of Banco do Nordeste in Imperatriz - MA between 2015 and 2016, measured by the facilities or difficulties in access to credit and by the contribution of these operations to the expansion of business. Based on a review of the literature on the subject, the research focuses on the survey of the results among contractors in the period, which indicate a clear expansion and improvement of the business due to the increase in revenues due to the granting of microcredit. We conclude that microcredit is an instrument of socioeconomic inclusion, but it requires improvements.

Keywords: Microcredit. Credit policies.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho avalia os resultados alcançados pela aplicação do programa CrediAmigo em Imperatriz, MA, entre os anos de 2015 e 2016.

Das experiências com o microcrédito provavelmente a mais famosa é a do economista Muhammad Yunus, que revolucionou a política de crédito ao fundar o Grameen Bank, estabelecendo através dele um sistema de crédito diferenciado e bem sucedido, em que o microcrédito passou a ser acessado por pessoas que, acima de tudo, precisavam dele para transformar seu status social e econômico, através de negócios de fato micro.

A questão norteadora deste estudo é: qual a facilidade de acesso e até que ponto as operações de microcrédito realizadas através do programa CrediAmigo estão contribuindo para o aumento de faturamento dos negócios atendidos?

A partir desse problema de pesquisa, o objetivo geral pode ser descrito como sendo a identificação dos resultados das operações de microcrédito do programa CrediAmigo no período 2015 – 2016 em Imperatriz, MA, tendo como parâmetros a facilidade de acesso a essa linha de crédito pelos empreendedores e as contribuições dessas operações para a expansão dos negócios. Os objetivos específicos do trabalho podem ser descritos da seguinte forma:

- Demonstrar as características dos programas de microcrédito;
- Identificar as principais instituições conectoras desse tipo de crédito e os volumes aplicados;
- Identificar as facilidades e as dificuldades encontradas pelos empreendedores no acesso a essas linhas de crédito
- Verificar se essas operações têm levado a um aumento de faturamento dos negócios atendidos.

Os resultados evidenciados através desta pesquisa, são demonstrados ao fim desse trabalho levando em consideração o cenário local e suas possibilidades e entraves. Com esta finalidade, segue-se a esta introdução, o referencial teórico. Seguem-se os procedimentos metodológicos e uma contextualização da região pesquisada. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa de campo e finalmente as conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O microcrédito é definido como sendo “a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, [...] por não terem como oferecer garantias reais” (BRASIL, 2010, p. 11).

A oferta de crédito à população de baixa renda é uma prática recorrente desde à idade média (FERGUSON, 2009) e apesar de recentemente o microcrédito ter entrado em evidência, especialmente na segunda metade do século XX e início do século XXI, após experiências de visibilidade internacional como a de Mohamad Yunus que chegou a ganhar o prêmio Nobel da paz em 2006 (NERI, 2008). Foram criadas por Organizações Não Governamentais (ONGs) operando com tecnologias operacionais como o uso do aval solidário, através do colateral social e técnicas financeiras mais específicas, como a forma de concessão, taxas de juros mais reduzidas e parcelamento mais adequado para o pagamento do empreendedor do micro negócio com a intenção de facilitar o acesso ao crédito.

O novo formato de concessão fez-se necessário devido a características do empreendedor do micro negócio tais como a dificuldade em oferecer garantias reais e pouco recurso. Seu negócio costuma ter alta rotatividade, mas envolve um volume reduzido de recursos financeiros.

Há muito vive-se uma época de desigualdade na distribuição de renda percebida na ausência de equidade social, que tem no microcrédito grande aliado para reversão. De acordo com Neri (2008) possibilita a inclusão social, na medida em que se destina a um grupo de pessoas que, de outra forma, não teriam acesso a outras formas de crédito para ampliarem seus empreendimentos. Pinto (2015) ressalta o aspecto social desses financiamentos, na medida em que contribuem também para a geração de empregos e renda e parte da população ainda se encontra à margem do desenvolvimento econômico¹ mundial globalizado, e paradoxalmente, esse fato corrobora para o surgimento de entraves ao próprio desenvolvimento das nações (BRASIL, 2002). Desenvolver a economia e garantir ao mesmo tempo a inclusão social tem sido um dos principais desafios dos governos (BRASIL, 2002).

O fomento de um crédito barato e com exigência de baixa ou nenhuma garantia poderia nesse caso, suprir a necessidade dos micros empreendimentos desenvolvidos por empreendedores de baixa renda, das camadas mais baixas da sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades urbanas e rurais e se consolida como um desafio aos governantes que precisam além de promover o desenvolvimento econômico, garantir a inclusão social dessa faixa da sociedade. (CARDOSO, 2002)

A essa modalidade de empréstimo/financiamento, denominada microcrédito os governos têm recorrido sistematicamente para a redução da desigualdade social.

¹ O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 20).

De fato, a dimensão territorial do Brasil como aludiu Ruth Cardoso de Mello (2002), remete à necessidade de parcerias para que os governos consigam reduzir a desigualdade social com o uso do microcrédito. Pois a equidade social só se fará quando a população atingida pelo processo agir como multiplicadora do mesmo. E os relatos mostram que as experiências sobre o microcrédito são satisfatórias e promovem desenvolvimento econômico.

Neste cenário, o empreendedor ao fazê-lo, interfere no mercado local, movimenta-o e provoca o crescimento econômico neste e no seu entorno. No entanto, essa interferência e movimentação não estão sendo tão assertivas quanto deveriam e em relação ao desenvolvimento econômico o mesmo ocorre “*junto com o crescimento do PNB e com uma distribuição de renda razoavelmente equitativa*”. (LEMOS, 2007, p. 27)

As regiões só conseguem desenvolver-se, caso isso ocorra em todos os parâmetros possíveis de se analisar saúde, educação, transporte, moradia, etc. (LEMOS, 2007, p. 27)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

Sob o aspecto metodológico, a pesquisa tem objetivo descritivo, utilizando-se do método quali-quantitativo em suas abordagens e levantamentos de campo. Seus dados serão obtidos através de pesquisas primária e secundária. No primeiro caso, via e-mails endereçados ao coordenador do Programa CrediAmigo. Será realizada também uma pesquisa quantitativa. Serão aplicados questionários a empreendedores que contrataram o microcrédito no período 2015 – 2016, em Imperatriz/MA.

Foram realizadas entrevistas com empreendedores que tomaram recursos advindos do programa, com aplicação de questionário com os objetivos de identificar a percepção dos empreendedores suas experiências de crédito em termos de facilidades e dificuldades encontradas, procurando-se também determinar a importância do programa para a expansão dos negócios. As informações socioeconômicas dos MEI's foram obtidas através do cadastro da Receita Federal realizado no momento da formalização da condição de MEI junto ao órgão. Os empreendedores ainda não formalizados são demonstrados pela base de dados da PNAD de 2011 através de um banco de dados coletados pelo SEBRAE no Nordeste, correspondendo ao mesmo ano.

O Banco de dados da Receita Federal traz informações sobre as empresas que estão cadastradas no Sistema, ou seja, as que aderiram à Lei 128/08. Além dos dados disponibilizados no portal do Simples Nacional, foram utilizados micro dados sobre as empresas que estão no

SIMEI disponibilizados pela Receita Federal para o SEBRAE-PB e essa base de dados foi manipulada dentro do escritório do SEBRAE em João Pessoa.

Parte da pesquisa secundária resulta do banco de dados dos SEBRAE's dos estados do Nordeste, alimentado a partir de pesquisa de campo com uso de questionário. O instrumento de coleta de dados foi aplicado via amostra estatística acerca do total de empreendimentos formais (MEI's) e informais (Não MEI's) nos estados da Região, à exceção do Ceará que se absteve de participar da mesma e a validação do instrumento para a coleta de dados ocorreu por pesquisa bibliográfica em publicações do próprio órgão.

Imperatriz, cidade localizada no sudoeste do Maranhão, em sua fase inicial era habitada por índios, mas com as missões jesuíticas a paisagem natural deu lugar ao processo de urbanização, com vilarejos às proximidades do rio Tocantins.

À época a comunidade vivia da extração, caça, pesca. Porém com a limitação dos recursos naturais em decorrência da comunicação com outras regiões do País, a então Vila, atual Imperatriz-MA convive com a interação econômica através do comércio e polo universitário.

A cidade que já se desenvolvia acima da média local, incluindo aquela que seria denominada posteriormente como sua microrregião, passou a ser estimulada para tal, com o plano de povoamento da região desenvolvido pelo governo federal com o intuito de redistribuir a população brasileira e promover o progresso também nas regiões norte e nordeste.

A cidade desenvolveu-se às margens da rodovia Belém-Brasília também conhecida como transamazônica e BR-010 e ainda às margens do caudaloso Rio Tocantins, antes navegável, era via constante de transporte de toda a região. Além disso, fica a cerca de 620 km em média de quatro capitais: Belém (PA), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), e com grande e variável (média de 100 km) proximidade de cidades em seu entorno.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo entrevistou empreendedores que tiveram acesso ao microcrédito entre 2015 e 2016 procurando identificar aspectos da aplicação do crédito concedido, suas principais características e ainda conhecer sua percepção quanto à importância da concessão do crédito para seus respectivos micro empreendimentos.

O questionário utilizado já havia sido validado por Pinto (2015) requerendo apenas pequenos ajustes, quanto à terminologias e questões para sua melhor adequação aos objetivos desta pesquisa.

Foram entrevistados 46 empreendedores, por conveniência, a partir de um universo de 5.246 clientes de micro negócios instalados em Imperatriz - MA, que tomaram empréstimos pelo Programa CrediAmigo, administrado pelo Banco do Nordeste que utiliza a linha do Programa Crescer: Microcrédito Produtivo Orientado.

As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora, no escritório do Programa na Av. Bernardo Sayão, Bairro Nova Imperatriz – Imperatriz/MA, ou no próprio empreendimento em alguns casos, tendo ocorrido entre 25/05/2018 e 25/10/2018.

Na primeira etapa do questionário aplicado, fez-se a qualificação dos empreendedores quanto ao sexo, idade, escolaridade e estado civil, onde percebe-se que a maioria dos empreendedores entrevistados é do sexo feminino correspondendo a 71% dos entrevistados. Salienta-se que nas regiões mais pobres do mundo prevalece a família matriarcal, não como opção, mas por falta dela, já que nos níveis mais baixos da camada social prevalece o machismo e com ele o grande número de crianças “sem pai”.

Sendo o microcrédito uma política pública voltada para manutenção e ampliação de renda, nada mais natural que ele seja mais procurado pelas mulheres, e que essa incidência fique mais fortemente evidenciada nas regiões Norte e Nordeste já que ali são justamente as regiões apontadas pelas pesquisas como as mais pobres e mais carentes do país.

Quanto à faixa etária dos tomadores do CrediAmigo que foram entrevistados, pode-se dizer que a maioria se encontra na faixa etária entre 46 e 55 anos, o que corresponde a 34,7% dos entrevistados.

Quanto à formação escolar dos beneficiários do CrediAmigo em Imperatriz - MA, conforme amostra, chama atenção a igualdade técnica, entre os que possuem Ensino Fundamental que somam 51% e os que possuem Ensino Médio que somam 47%. Sendo que entre estes últimos, 3% estão cursando faculdade. Enquanto entre os entrevistados não há pessoas analfabetas, e os entrevistados com Ensino Superior totalizam apenas 2%, sendo 50% destes pós-graduados, entre os entrevistados e representam uma fatia mínima dos tomadores de crédito nesta modalidade nas diversas pesquisas apresentadas sobre o tema.

O percentual de analfabetos em relação à média nacional mostrou-se uma surpresa, já que em alguns casos chega a atingir mais de 70% de analfabetos, conforme dados do SEBRAE de 2011 e a amostra pesquisada assemelha-se ao encontrado na pesquisa realizada por Pinto (2015) na região metropolitana de Goiânia.

Os entrevistados com Ensino Superior e pós-graduação, já apontam melhora em relação às diversas pesquisas realizadas sobre o tema em todo o país e também na pesquisa realizada

por Pinto (2015) no Centro-Oeste. O que se espera que novas pesquisas apontem reflexo desses dados em todo o território nacional.

À partir deste ponto a pesquisa buscou dados específicos sobre o negócio que apontassem sua relação com a renda das famílias e observou, a tendência da região pesquisada para o comércio, que aponta relevante fator para essa realidade, embora na atualidade os serviços tenham avançado consideravelmente.

No entanto a formalização ainda é uma questão que gera preocupação e exige atenção pois a pesquisa aponta que apenas 26,09% dos entrevistados possuem seus negócios dentro da formalidade.

A amostra pesquisada apontou 100% (cem por cento) de adesão ao aval solidário, sendo esta portanto a garantia do negócio, o que é frequente nessa modalidade de crédito. Embora durante as entrevistas foram apontados *cases* de micro empreendedores que já se desvincularam de seus grupos e passaram a ser tomadores individuais.

Na amostra pesquisada se percebe maior evidência de atuação nos segmentos de alimentação, citado por 09 entrevistados ou 19,5% da amostra. O segmento Confeção e facção foi citado por 16 entrevistados, correspondendo a 34,7% da amostra, e o segmento Beleza e cosméticos foi citado por 08 entrevistados, o que corresponde a 17,4% a amostra. E Chama-se atenção neste trabalho para o segmento de “confeção e facção”, que representa mais de 30% das atividades dos entrevistados. E em geral, se abastecem do polo de confeção em Goiânia, na região Centro-Oeste em suas aquisições.

A pesquisa aponta ainda que 46% dos entrevistados utilizam o microcrédito para a modalidade de investimento e embora durante a entrevista cerca de 15%, demonstraram que tais investimentos foram de longo prazo e em geral não beneficiaram especificamente a atividade e ainda percebeu-se entre os entrevistados, pouca compreensão para distinguir investimentos e ficou evidente a necessidade de oferecer uma educação voltada para os negócios dos tomadores dessa modalidade de crédito, e ainda uma educação formal de qualidade que possibilite aos empreendedores dos micro negócios melhor aproveitamento das oportunidades que o microcrédito oferece para o empreendimento. A necessidade de capacitação específica evidenciou-se em vários momentos da entrevista, e embora as IF's concessionárias do microcrédito em geral façam parcerias com SEBRAE, por exemplo, ainda há muito o que ser feito nesse sentido, quanto à implementação de políticas públicas para suprir essa carência.

Pede-se ainda observar que sendo a maioria dos empreendimentos realizados na própria residência do tomador, onde são aplicados os investimentos, podendo, portanto, não ter influência direta no negócio.

Em relação a essa questão da entrevista vale ainda ressaltar que cerca de 80% dos entrevistados não sabia exatamente o que era “faturamento”, nem tampouco diferenciá-los da renda individual, por vezes até confundindo-o com o empréstimo em si, e provavelmente até por isso, os valores citados como faturamento do negócio e renda serem sempre “aproximados” e não precisos. Mesmo entre os que afirmaram com certeza qual seu faturamento, não sabemos qual o grau de confiabilidade de tal certeza, devido a aparente confusão feita entre faturamento, renda e crédito recebido.

A relevância do Faturamento faz com que seu desconhecimento dificulte a percepção dos mesmos quanto ao desempenho do negócio, e é um dos fatores desta pesquisa que indica a necessidade de apoio técnico para gerir o negócio e o crédito recebido.

Quando os entrevistados responderam sobre a composição de suas rendas, verifica-se que 59% não recebem bolsas do governo e 63% não possuem outras fontes alternativas de renda, o que indica que sua sobrevivência deve depender exclusivamente do seu micro negócio, embora 33% tenham outras fontes alternativas de renda e 30% recebam bolsa do governo. 11% não souberam ou não quiseram responder se possuem bolsa do governo e 4% não souberam ou não quiseram responder se possuem outra fonte alternativa de renda.

Ao finalizar os dados sobre a composição de renda dos entrevistados, percebe-se que a maioria dos entrevistados, correspondente a 74%, recebe renda de até 04 salários mínimos, sendo caracterizados como baixa renda e apenas 17% possuem renda superior a 04 salários mínimos e 9 % não souberam ou não quiseram responder. Essa informação exclui o recebimento auferido através das bolsas do governo, referindo-se, portanto, apenas ao negócio.

Ressalta-se que mais da metade dos entrevistados têm no negócio sua única fonte de renda, sendo este, portanto a origem dos seus recursos.

Observou-se que 65% dos entrevistados possuem menos de 09 anos na atividade e que apenas 31% estão completando ou superaram uma década na mesma. Por tal informação entende-se que há pouca volatilidade no setor, embora 4% não souberam ou não quiseram responder.

O fator empregabilidade é um dos objetivos do governo quanto aos micro negócios. Sabe-se, no entanto, que de acordo com a Legislação vigente, Lei Complementar 128/2008 e suas alterações e resoluções pertinentes o MEI pode contratar apenas um empregado e terá sobre esse, o custo de 11%.

Como a maioria dos entrevistados permanece na informalidade, chegam a empregar até mais 02 membros da família, embora a maioria absoluta não empregue ninguém, pois 73,9% dos entrevistados para esta pesquisa, não são formalizados.

A pesquisa constatou que na amostra, 45,6 % não empregam ninguém da família, enquanto 15,2% empregam 01 pessoa e 15,2% empregam mais de 2 pessoas e 8,7% empregam duas pessoas e 6,5% não quiseram responder quantas pessoas da família empregam em seu negócio. E isso significa o quanto a renda familiar depende do negócio, pois quanto maior é o número de familiares empregados no negócio, maior é a dependência.

Foi ainda perguntado aos entrevistados quanto a existência de empregados de fora do grupo familiar em seu micro negócio. As respostas a esta pergunta apontam que 77% aproximadamente, não possuem empregados de fora da família, enquanto 8,7% dizem ter 01 , 4,3% afirmam ter até 02 e 4,3% dizem ter acima de 2 empregados que não pertencem ao grupo familiar do usuário do microcrédito. Houve ainda 6,5 % de entrevistados que não quiseram responder. Vale salientar que os entrevistados que apontaram ter 01 empregado, em geral são formalizados.

Com relação a como os recursos tomados foram empregados, foi possível constatar que entre os entrevistados, 29 deles ou 63% da amostra disseram ter aplicado o recurso em compras de matéria prima ou bens para venda, sendo que 03 informaram também aplicação em ativos fixos, mercadorias ou matéria prima e 01 ainda em outras destinações para capital de giro. Outros 12 entrevistados (26% da amostra) não souberam ou não quiseram responder.

A maioria dos entrevistados da amostra não quiseram ou não souberam responder, e muitos assumidamente NÃO procuraram apoio para gerir o negócio. Juntos auferem o resultado de 88% dos entrevistados, contra apenas 12% que buscam apoio técnico para a gestão do negócio. Esse dado reflete o pouco ou nenhum avanço no faturamento de alguns, e ainda, a manutenção do micro negócio na informalidade.

A formalização permite que o micro empreendedor fature até 81mil reais de janeiro a dezembro do ano em curso, conforme última atualização legal e embora traga obrigações, também oferece garantias como a assistência previdenciária mais barata e auxilia inclusive para comprovação da renda.

Apurou-se que 67% dos entrevistados afirmam que o faturamento aumentou após o uso do microcrédito e 11% afirmam que NÃO aumentou, enquanto 22% não souberam ou não quiseram responder e a renda nos últimos 3 anos, manteve-se para 4,3% da amostra que afirmaram que a renda manteve-se igual e 2,17%, informou que diminuiu em função de redução do faturamento enquanto para a maioria dos entrevistados que corresponde a 73,9%, aumentou

significativamente, principalmente em função da concessão do microcrédito que propiciou expansão do negócio e de seu faturamento, como consequência e 8,7%. Não souberam ou não quiseram responder, mas foi possível observar que os entrevistados que afirmaram apresentar menor crescimento percentual após a utilização e aplicação do recurso do microcrédito foram exatamente os com menor tempo de empreendedorismo e/ou de parceria com o microcrédito.

Os entrevistados consideram-se público alvo para o microcrédito e 76% consideraram fácil o acesso ao microcrédito; 13% consideraram difícil e 11% não souberam ou não quiseram responder e em seus relatos, as visitas dos agentes de crédito para verificar o funcionamento do negócio e os documentos solicitados do micro empreendedor foram citados como pontos de dificuldades, embora para aqueles 76% que consideraram fácil o acesso e também relataram as visitas e formação dos grupos para aval solidário e reuniões isso não deve ser apontado como dificuldade, mas como necessidade de garantia para a Instituição Financeira e para o empreendedor que recebe orientações importantes nesses encontros.

Quanto à indicação para novos contratantes do microcrédito 95,6% dos entrevistados indicariam esta modalidade de crédito a outras pessoas, e os demais 4,4% não souberam ou não quiseram responder e apenas 45,6% dos entrevistados aceitaram responder, mas ao fazê-lo deram feedback positivo ao CrediAmigo.

5 CONCLUSÕES

A partir da pesquisa realizada é possível concluir que os objetivos do programa que são a inclusão socioeconômica e a redução dos participantes de programas de transferência de renda como o bolsa família, nem sempre coincidem com os objetivos dos seus usuários, que estão mais focados na melhoria da renda própria e familiar. Como evidências a pesquisa indica a existência de 73,91% de informalidade, e que 30% dos entrevistados ainda recebem bolsas do governo, o que o onera por duas vertentes. Enquanto 33% por cento dos entrevistados ainda possuem renda alternativa e assim, não abrem espaço para novos empregos que atenderiam novos cidadãos. O trabalho demonstra que a maioria dos tomadores dos recursos do CREDIAMIGO não emprega ou emprega apenas familiares e/ou informais e, portanto, não melhoram a arrecadação e nem produzem empregabilidade formal como pretendido, que por vezes o buscam apenas como complemento ou suporte absoluto de renda familiar.

Sugere-se como melhoria para o Programa CrediAmigo que seja incorporado pelo Banco do Brasil pela sua abrangência geográfica e capacidade tecnológica, com manutenção do formato e equipes gestora e executoras para expansão por todo o Brasil.

Percebe-se que a inclusão social e redução da pobreza proposta enquanto política pública para o microcrédito é apenas parcialmente cumprida, dado que o volume de mão-de-obra utilizada para o negócio pouco se expande para terceiros, limitando-se em geral aos próprios tomadores de crédito, que ainda nos dias atuais resistem à formalização.

Pela pequena amostra pesquisada o microcrédito ainda não cumpre seu papel como agente de exclusão dos programas de transferência de renda, como o bolsa família, embora em 2017 o governo tenha elevado o teto para R\$ 200.000,00 e através do programa Progredir que tinha como projeto 1 milhão de vagas em cursos de capacitação, aulas de educação financeira e assessoria técnica a autônomos, não foi percebida participação durante as entrevistas.

Conclui-se ainda, que o microcrédito é importante e atuante instrumento de inclusão socioeconômica, mas que requer ainda aprimoramentos para maior expansão e efetividade de seu uso. Esses aprimoramentos precisam ser elaborados como políticas públicas de acompanhamento e saída do projeto, entendendo que os tomadores devem evoluir até sua saída do projeto para a absorção de novos tomadores e assim ampliar o círculo de inclusão através do microcrédito. Acredita-se que alguns critérios devem ser abordados em políticas públicas para esse fim, como o acompanhamento efetivo dos resultados; a estrutura do negócio; a formalização - Incentivo direto para a formalização e o tempo de permanência no Projeto.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Introdução ao microcrédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?CARTMICROCR>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Série Cidadania Financeira: Estudos sobre educação, proteção e inclusão.** – Brasília: 2015. <http://www.bcb.gov.br/?CIDADANIAFINANCEIRA>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FERGUSON, N. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**; tradução Cordelia Magalhães. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

IBGE, BRASIL Publicado em 15/12/2017-10:29 por Nielmar de Oliveira – Repórter da Agência Brasil. Rio de Janeiro (RJ): <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em: 20 jan. 2019.

IMPERATRIZ(MA). **Prefeitura**. 2013. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br>. Acesso em: jul. 2017.

IBGE, BRASIL. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-o-que-e>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MAIA, Carmem Lúcia Machado. **MICROCRÉDITO: Resultados da Aplicação Do CrediAmigo Em Imperatriz – MA Entre 2015 E 2016**. 2019, 80 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2019.

MATOS, F. de; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT, USP, 2014. 201 p.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVII, p.1.569-1.614, dez. 1999.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 376p.

PASSOS, A. et al. **Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças**. Brasília: Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, fev. 2002.

PINTO, W. **As experiências dos programas de microcrédito produtivo orientado: o caso das concessões na região metropolitana de Goiânia no período 2011-2014**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, 2015. 108f.

SEBRAE/BNDES. **Estudo dos Microempreendedores Individuais do Nordeste**. 107p.

SOUSA, J. M. de. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e sua implicação na região tocantina** /Jailson de Macedo Sousa. – Imperatriz, MA: Ética. 2009.

YUNUS, M. **Banker to the poor**. Londres: Public Affairs, 1999. YUNUS, M. JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Criando um negócio social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YUNUS, M.; WEBER, K. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.